



**Brazilian Geographical Journal:  
Geosciences and Humanities research  
medium**



ARTICLES/ARTIGOS/ARTÍCULOS/ARTICLES

**A vulnerabilidade social no entorno dos grandes projetos na  
Amazônia: o caso de Parauapebas (Pará, Brasil)**

**Doutorando Charles Benedito Gemaque Souza**

Programa de Pós-graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará, (UFPA); Rua Augusto Corrêa nº 1, *Campus* Universitário do Guamá, Setor profissional-CEP 66075-900, Belém, Pará, Brasil. **E-mail:** gemaque.charles@gmail.com

ARTICLE HISTORY

**Received: 31 July 2011**  
**Accepted: 14 October 2011**

**PALAVRAS-CHAVE:**  
Amazônia  
Vulnerabilidade social  
Espaço urbano

**KEY-WORDS:**  
Amazon  
Social vulnerability  
Urban space

RESUMO

A inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho reservou para a região o papel de fornecedora de recursos naturais e de controle do excedente populacional. Neste contexto diversas frentes econômicas compuseram essa lógica de desenvolvimento regional: a mineral, a madeireira, a agrícola, a energética e a urbana. As conseqüências no ordenamento territorial dessas transformações podem ser traduzidas na expansão por toda a região de uma racionalidade direcionada pela idéia de modernidade. O objetivo do estudo é apresentar os contrastes sócio-espaciais da cidade de Parauapebas, no sudeste paraense, onde áreas de urbanização surgem de forma espontânea e acelerada, devido ao processo de migração e de concentração de capital. No entanto, o surgimento de vários bairros em “áreas de risco” agrava a vulnerabilidade social de diversas famílias, criando uma distorção dentro do espaço urbano local.

**ABSTRACT – SOCIAL VULNERABILITY IN THE VICINITY OF LARGE  
PROJECTS IN THE AMAZON: THE CASE OF PARAUAPEBAS (PARÁ, BRAZIL).**

The integration of the Amazon, in the international division of labor allocated to the region's role as a provider of natural resources and to control the surplus population. In this context, a number of fronts comprised the economic logic of regional development: the mineral, timber, agriculture, energy and urban. The consequences of these changes in the organization of the territory must be included in the expansion of the entire region, rationality, directed by the idea of modernity. The aim of the study is to present the socio-spatial contrasts of the city of Parauapebas in the southeast of the state of Pará, where urban areas are spontaneously and due to the acceleration of migration and concentration of capital. However, the emergence of several

neighborhoods in the "risk areas" exacerbates the social vulnerability of families, creating a distortion in the urban local.

---

**MOTS-CLES:**

Amazonie  
Vulnérabilité sociale  
Espace urbain

**RESUME. LA VULNERABILITE SOCIALE DANS LE VOISINAGE DES GRANDS PROJETS EM AMAZONIE: LE CAS AUX PARAUPEBAS (PARA, BRESIL).**

L'intégration de l'Amazonie, dans la division internationale du travail alloués à la région le rôle de fournisseur de ressources naturelles et de contrôler l'excédent de population. Dans ce contexte, plusieurs fronts composé cette logique économique du développement régional: le minéral, le bois, l'agriculture, de l'énergie et de l'urbain. Les conséquences de ces changements dans l'organisation du territoire doit être pris en compte dans l'expansion de l'ensemble de la région, d'une rationalité, réalisé par l'idée de la modernité. L'objectif de l'étude est de présenter les contrastes socio-spatiales de la ville de Parauapebas dans le sud-est de l'état du Pará, où les zones urbaines sont de façon spontanée et en raison de l'accélération du processus de migration et de la concentration du capital. Cependant, l'émergence de plusieurs quartiers dans les "zones à risque" exacerbe la vulnérabilité sociale des familles, créant une distorsion dans l'espace urbain local.

---

## 1 Introdução

A dinâmica da rede urbana da Amazônia permitiu uma ruptura do tradicional padrão espacial dendritico para uma relação mais ampla das cidades locais com o exterior e o sudeste do Brasil. Em consequência a urbanização tornou-se complexa e, ao mesmo tempo, (re) estruturou os antigos núcleos urbanos. Trindade Jr (2010) mostra que a exemplo de outras partes do país, o fortalecimento da sociedade urbana na Amazônia, através de concepções externas trouxe outros valores para o âmbito institucional, econômico e social da região.

Desse modo, a cidade se impôs com base inicial para o amadurecimento do processo de expansão do capital, visto que estava diretamente associada a novas atividades econômicas. Nesse caso, como sustenta o autor acima citado, a fronteira já nasce urbana, não simplesmente pelo domínio das cidades na paisagem, mas pelo predomínio do urbano como estilo de vida que se estabelece e tende a predominar por todo o território.

De outro lado, o desenvolvimento econômico desses núcleos urbanos se deu de maneira pontual, sempre acompanhando a implantação de algum grande empreendimento indutor. No caso do sudeste paraense, os setores mais dinâmicos têm sido a mineração, a indústria madeireira e a siderurgia, com isso se explica que as cidades ligadas direta ou indiretamente a essas atividades vêm crescendo mais rapidamente do que a sua região metropolitana (Belém).

Paradoxalmente, o crescimento da concentração de capitais trouxe uma diferenciação intra-urbana cada vez mais injusta, contrariando determinados dados oficiais e o discurso inicial dos planejadores. A questão passa pelo entendimento de que não houve uma transferência de tecnologia das grandes empresas alocadas para as subcontratadas, ou seja, não faz parte da estratégia de expansão capitalista na região o transbordamento dos ganhos para as empresas locais e nem para a sociedade autóctone.

Não obstante a validade dessa primeira aproximação explicativa é preciso levar em consideração outros aspectos desse processo de urbanização, especialmente o papel de outros agentes sociais envolvidos. No caso de Parauapebas, destacam-se a ação do contingente migratório em relação à dinâmica de construção de territórios na cidade, repercutindo no

desempenho desigual dos poderes locais diante das espacialidades, criando vulnerabilidades nos conteúdos e nos usos sociais.

Nesse aspecto, o artigo se divide em três tópicos, o primeiro aborda a contextualização da formação socioespacial do município de Parauapebas e a conformação do território da empresa, na segunda parte trabalha com as diferenças nos usos e nas práticas espaciais no interior da cidade e como essas influenciam a percepção de qualidade de vida, e por fim, tendo como pano de fundo o conceito de vulnerabilidade social, busca-se mapear aspectos que tornam os moradores de determinados bairros mais ou menos vulneráveis a degradação do seu espaço vivido.

## 2 A territorialização da cidade

O início da extração industrial dos recursos naturais (não-renováveis) na Amazônia reformulou a estrutura do poder decisório em diversas localidades, repercutindo na divisão política-administrativa dos municípios. Localizada na Mesorregião Sudeste Paraense, a Microrregião de Parauapebas está dividida em cinco (05) municípios: Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e a sede municipal (IBGE, 2005).

Parauapebas se destaca pela imensa riqueza mineral em seu subsolo, além da Floresta Nacional de Carajás (FLONA), da Reserva Biológica do Tapirapé (REBIO) e da Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado (APA). Possui uma área de 7.007,737 km<sup>2</sup>, limita-se a Leste, com Curionópolis; ao Norte, com Marabá; a Oeste com São Félix do Xingu; ao Sul, com Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás, estes dois últimos desmembrados de Parauapebas na década de 1990 (PEREIRA, 2007).

A origem do município está ligada à extração mineral, quando em 1967 descobriu-se uma imensa jazida de ferro e outros minérios na região. Era o arrefecimento da economia baseada na extração vegetal, assim como do poder político e econômico das oligarquias extrativistas locais. A instalação da Vale para exploração e exportação do ferro na mina de Carajás muda completamente a trajetória do sudeste do Estado do Pará.

Para a instalação do Projeto Ferro Carajás (PFC) no início da década de 1980, a Vale planejou dois núcleos urbanos. O primeiro abrigaria engenheiros da companhia envolvidos diretamente na extração mineral, construído no topo da serra foi dotado de toda uma infra-estrutura e padronização das cidades modernas, é o chamado Núcleo Urbano de Carajás. O segundo no sopé da serra serviria como uma espécie de cidade *relais* (AB SABER, 2004: 267), isto é, serviria como um centro secundário de apoio que abrigaria estoques de reserva de comércios, de serviços e de força de trabalho excedente.

O núcleo urbano de Carajás tornou a parte da cidade planejada (Company town) pela empresa, e como tal, diferencia-se do entorno pelas condições dos equipamentos urbanos, pensados justamente para assegurar a permanência de uma mão de obra mais qualificada (TRINDADE Jr, 2010: 130). Em consequência o espaço é concebido a partir de uma percepção pragmática e padronizada de cotidianidade voltada inteiramente para a concretização das estratégias da Vale.

Contudo, mesmo antes da implementação do grande projeto, alguns povoados já vinham surgindo entorno da exploração dos recursos naturais da região. O município de Parauapebas “já demonstrava, em seus arredores, sinais de um acelerado crescimento urbano desordenado” (SILVA, 2000: 69). Assim, houve um primeiro processo de mobilidade populacional, na época liderado pelos mineiros e goianos que já buscavam a exploração do ouro na região (Serra Pelada).

No ano de 1981 surge o povoado do Rio Verde (primeiro bairro de Parauapebas), localizado às margens da rodovia PA-275, a origem desse bairro está ligada ao nome de uma fazenda que ali existia e que foi invadida pelos imigrantes, posteriormente, essas terras foram doadas pelo INCRA. Com o surgimento de “boates” o povoado foi vinculado com área de prostituição, que visava atender os desejos dos garimpeiros (PEREIRA, 2007). Neste contexto, o povoado do Rio Verde foi crescendo, com a construção de novas ruas e barracões cobertos por lonas.

Após esse momento inicial, houve uma preocupação da Vale de dotar a sua cidade *relais* de uma infra-estrutura de apoio adequada, com água tratada, rede de esgoto, escola, hospital, delegacia e, energia elétrica. Ademais, o recém criado bairro da Cidade Nova, diferentemente da espontaneidade do Rio Verde, reproduz uma padronização concebida pela Vale, que em última instância, segue uma ordem distante da realidade socioeconômica da região.

Nesta acepção, a Cidade Nova foi planejada para ser um arquétipo da urbanização moderna e, ao mesmo tempo, servir de conjunto habitacional para todos aqueles, que não necessitassem residir obrigatoriamente no núcleo de Carajás. Com isto, a estrutura das ruas e todo o plano urbanístico tinham as suas funções previamente estabelecidas pelos responsáveis pelo projeto. Em pouco tempo o bairro projetado se expandiu, unindo-se ao bairro do Rio Verde através de um novo logradouro: o União.

Desta forma, a presença de um núcleo populacional contíguo e espontâneo ensejou uma complexidade e flexibilidade sócio-espacial que muitas vezes ultrapassa a percepção dos planejadores. Em consequência, Ab Saber (2004) chama atenção para a necessidade de pensar em todos os fatores em jogo diante de um empreendimento tão amplo e imprevisível como a do planejamento de uma cidade. Portanto, a idéia de repetição das formas e das funções urbanas esbarra na impossibilidade de se criar realidades lineares.

No caso de Parauapebas, as dificuldades de gerenciamento urbano e o desconhecimento do que significaria um empreendimento dessa magnitude para uma região como a Amazônia, criou diversos impactos sócio-espaciais não projetados. Ademais, o município tornou-se um ponto de atração para uma mão de obra regional que nem sempre possui a qualificação desejada pela Vale.

Na perspectiva de Machado (1999), a concepção de urbanização na fronteira amazônica não buscava apenas o apoio infra-estrutural para a concentração de capitais, mas um sistema de povoamento controlado e organizado de acordo com a projeção dos interesses das atividades econômicas. Desta maneira, o caráter espontâneo desses assentamentos humanos insurgia-se ao modelo preconizado para a cidade.

O crescimento da população urbana de Parauapebas segundo dados do IBGE (2005), passou de 27 443 para 59 260 pessoas em apenas dez anos, o que significa uma taxa de crescimento anual de 8,93%, a maior da região (TABELA 1).

**Tabela 1.** População, Área e Densidade Demográfica em Parauapebas -1991/96-04

Anos	População (Hab.)	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade (Hab./Km <sup>2</sup> )
1991	53.335	17.653,76	3,02
1996	63.563	7.077,20	8,98
1997 <sup>(1)</sup>	68.361	7.077,20	9,66
1998 <sup>(1)</sup>	72.404	7.077,20	10,23
1999 <sup>(1)</sup>	76.452	7.077,20	10,80
2000	71.568	7.046,70	10,16
2001	75.524	7.046,70	10,72
2002	78.303	7.046,70	11,11
2003	81.428	7.046,70	11,56
2004	88.519	7.046,70	12,56

Fonte: IBGE. Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

Em consequência desta evolução demográfica, existe um processo de crescimento urbano contraditório, com o surgimento de vários assentamentos humanos periféricos, em áreas denominadas de risco, devido às características topográficas e legais inadequadas para a

habitação. Além disso, a maior parte desses novos moradores tem um capital social baixo para os padrões da atividade mineradora.

Todavia, na perspectiva de uma difusão mais ampla no espaço de variáveis e de nexos vinculados a organização econômica do território (BENKO, 1999), a urbanização de Parauapebas insere-se em uma lógica contraditória do capitalismo, que reproduz a idéia de desenvolvimento combinado e desigual entre o centro e a sua periferia.

Assim, a diferenciação intra-urbana de Parauapebas é uma configuração espacial subsidiada pela racionalidade coagida pela empresa mineradora (TEIXEIRA, 2006). Nesta direção, a Vale mantém uma estratégia planejada de segregação sócio-espacial, onde os técnicos diretamente ligados à empresa são alocados em um núcleo habitacional (Carajás) administrado diretamente pela empresa e dotado de externalidades exclusivas.

Áreas como o da Cidade Nova, União, além de mais recentemente o Rio Verde, tornaram-se, nas palavras de Ab Saber (2004: 262), um espaço de “triagem” para o atendimento e a seleção de trabalhadores. De fato, tais logradouros caracterizam-se como um centro de apoio logístico da empresa, comportando atividades comerciais, educacionais, bancaria e hoteleiras.

Por fim, os bairros periféricos, como o da Liberdade, da Paz e Altamira, são produto de um processo migratório induzido pela expectativa de emprego e de estabilidade dentro de um contexto local/regional reconhecidamente instável e pobre. Essa consequência sócio-espacial “negativa”, de certo modo, já era concebido pela empresa devido às diversas experiências anteriores de Company Towns (PIQUET, 1998), porém a intensidade crescente do deslocamento populacional face a falta de recursos materiais e físicos da cidade, tornam Parauapebas um espaço de conflito social.

**Quadro 1.** Distribuição dos bairros de Parauapebas dentro dos Distritos administrativos.

<b>Zona Urbana</b>				
<b>Distrito DALIU União</b>	<b>Distrito DARV Rio Verde</b>	<b>Distrito DAPAZ</b>	<b>Distrito DACIN</b>	<b>Distrito DACAL</b>
		Da Paz, Guanabara Guanabara II, Novo Brasil	Cidade Nova, Primavera, Maranhão, Maranhãozinho,	Betânia, Jardim Novo Horizonte,
<b>Liberdade</b>	Bela Vista	Jardim América, Jardim América II, Nova Vida, Residencial Nova Vida II,	Chácara do Cacau, Chácara do Sol, Chácara da Lua, Chácara das Estrelas, Alto Bonito	Altamira, Vila Rica, Vale dos Carajás
<b>Liberdade II</b>		Residencial Morada Nova, Caetanópolis, Beira Rio, Bela Vista Loteamento Esplanada,		
<b>Vila empresarial da CVRD</b>				

Fonte: Prefeitura Municipal de Parauapebas.

Em termos legais, a zona urbana de Parauapebas é dividida em 5 distritos administrativos: Distrito Administrativo dos bairros Liberdade I e II e União (DALIU); Distrito Administrativo do Rio Verde e Bela Vista (DARV); Distrito Administrativo da Paz (DAPAZ); Distrito Administrativo da Cidade Nova (DACIN); e o Distrito Administrativo do Altamira (DACAL) além do núcleo de Carajás. Essa divisão administrativa leva em consideração apenas aspectos de localização na

cidade, com isso embora sejam bairros contíguos apresentam diversas descontinuidades sócio-espaciais.

Neste contexto, ao observar um diagnóstico de 20 anos de evolução demográfica intra-urbana de Parauapebas (TABELA 2), percebe-se que as áreas de expansão urbana tendem a crescer, enquanto o núcleo planejado e os bairros centrais estão demograficamente consolidados. Em consequência, há uma ocupação contínua e ilegal dos terrenos urbanos “desocupados”, inclusive aqueles considerados “áreas de risco”, como por exemplo, zonas de encostas, sujeitas a inundação, e, até mesmo, zonas de conservação ambiental.

**Tabela 2.** Distribuição populacional de Parauapebas 1987-2007

<i>Bairro</i>	<i>População-1987</i>	<i>População-2000</i>	<i>População-2007</i>
<b>Rio Verde</b>	16 000	12 842	13.704
<b>Carajás (Núcleo)</b>	7 000	3 981	-
<b>Cidade Nova</b>	—	10 913	18.478 <sup>1</sup>
<b>Liberdade</b>	—	7 504	11.327

Fonte: IBGE 1987/2005

Por outro lado, o sítio municipal de Parauapebas é um emaranhado de terrenos públicos e privado, o que dificulta sobremaneira as políticas de habitação e de regularização fundiária exigida pela forte pressão demográfica. A especulação imobiliária é alicerçada pelo custo de vida alto para os padrões regionais e pelo “oportunismo” dos proprietários de loteamentos em áreas de expansão urbana.

Deste modo, a formação do espaço urbano no entorno de um grande projeto sempre é caracterizado pela estrutura demográfica atípica (PIQUET,1998), no caso de Parauapebas a ação dos agentes sociais envolvidos no processo de territorialização fragmentou a cidade. Dividida basicamente em três territórios: o núcleo Carajás; a área central; e área periférica, a cidade apresenta espacialidades e temporalidades distintas, o que acarreta dinâmicas controversas e, ao mesmo tempo, interligadas.

Deste modo, o domínio territorial da Vale sobre o núcleo Carajás engloba o controle da jurisdição política, o que permitiu a construção de barreiras físicas e legais. Conquanto, para Coelho et alli (2002: 163) o entorno do território criado e vigiado pela empresa é um lugar de conflito, sendo que os centros tendem a estender e impor a sua racionalidade para as suas áreas periféricas. Logo, as coerções e as insurgências do/no espaço urbano são produto das correlações de força dos interesses locais.

Enfim, a territorialização de uma cidade-empresa é um processo dinâmico que varia de acordo com a capacidade do grande projeto e do poder público de orientar a organização no entorno e atenuar as contradições (COELHO ET alli,2002). O célere aumento demográfico de Parauapebas ocasiona descontinuidades no espaço, e no tempo, que transgridem regras e normas vigentes, criando outras necessidades e formas de resistências.

### **3 A percepção de qualidade de vida nas espacialidades**

A representação do espaço urbano se manifesta na apropriação do tempo e do espaço coletivo ou individual da cidade pela padronização socioeconômica do capitalismo. Neste sentido, a cotidianidade da cidade se resume a um sistema de trocas voltado para simulações e virtualidades sempre direcionadas para a produção e o consumo.

O urbano caracteriza-se pela imposição de um individualismo que, paradoxalmente, permite as condições objetivas para a sua contestação e sua superação (CARLOS, 2004). Neste sentido, o espaço é inicialmente produzido para o consumo, a exemplo de uma mercadoria, contudo, o homem guarda em seu íntimo hábitos e valores que, por mais que sejam constrangidos, são capazes de alterar normas e regras.

Nesse contexto, Piquet (1998: 37) argumenta que a cidade-empresa torna-se uma extensão da esfera de produção, isto é, os padrões comportamentais são coagidos pela empresa a partir da configuração espacial. Neste aspecto, o controle do indivíduo é sentido nos equipamentos urbanos, na uniformização das moradias, criando elementos de coação coletiva de qualquer desvio de comportamento.

O município de Parauapebas é povoado por migrantes (TABELA 3), neste ponto segundo Pereira (2007) existe uma diferenciação territorial, enquanto bairros periféricos e o Rio Verde abrigam uma maioria de nordestinos, principalmente maranhenses, o núcleo Carajás e áreas centrais como a Cidade Nova recebem imigrantes de todo o Brasil, inclusive da maior metrópole da Amazônia.

**Tabela 3.** Natural do município

	<i>Distrito DALIU</i>	<i>Distrito DAPAZ</i>	<i>Distrito DARV</i>	<i>Distrito DACIN</i>	<i>Núcleo Urbano de Carajás</i>
<b>Sim</b>	-	-	10%	-	-
<b>Não</b>	100%	100%	90%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007

O núcleo Carajás foi concebido como modo de viabilizar a presença da Vale na região, nesta direção, Rodrigues (2002: 115) indica que as formas e os conteúdos são determinantes para a vigilância, hierarquização e controle dos funcionários. Apresentando uma realidade totalmente diferente da amazônica, Carajás segue o modelo de cidade-empresa que em última instância segue uma “ordem distante” (CARLOS, 2004).

Paradoxalmente, os nomes das ruas são de origem indígena e de rios regionais. Estas são pavimentadas com rede de água tratada, de esgoto, coleta de lixo e sinalização adequada. Existem também no núcleo áreas destinadas ao entretenimento, como cine teatro, clubes, praças, bosque, zoológico, no entanto grande parte dos moradores desce a serra constantemente.

A condição de vida das famílias que residem em Carajás assemelha-se aos dos países desenvolvidos, com uma boa infra-estrutura urbana (Fig. 1). Contudo, a melhoria da qualidade de vida para Souza (2002) só é alcançada quando há plena satisfação das necessidades básicas do indivíduo, tanto as concretas como as subjetivas, ou seja, estas não se limitam ao direito de comer, habitar e trabalhar, mas abrange o lazer, o encontro e o conflito de interesses.

Daí a insuficiência de um desenho urbano que trabalha apenas com necessidades palpáveis ou estranhas à região, deixando de lado o bem-estar psicológico e imaterial inerente a cada indivíduo. Rodrigues (2002) pondera que as relações sociais artificialmente reunidas em Carajás se traduzem no condicionamento hierárquico, competitivo e individualista emanado pela Vale, o que acaba preponderando nas interações cotidianas.



**Figura 1.** O núcleo Carajás (PEREIRA, 2007).

Por conseguinte, não existe nenhum tipo de autonomia individual nas práticas espaciais existentes, a padronização das formas e dos comportamentos compõe uma identidade abstrata, voltada unicamente para o mercado. Conforme Pereira (2007: 34) no núcleo Carajás não existe uma afetividade, por parte das famílias, com o lugar em que vivem, não usufruindo o espaço, mas consumindo-o.

O caráter efêmero da vida na cidade-empresa, devido o deslocamento constante de técnicos, acaba reforçando o não enraizamento. Piquet (1998) acrescenta que a imposição de um cotidiano repetitivo e pouco criativo causa problemas de adaptação entre os familiares dos engenheiros. Dentro dessa perspectiva, a qualidade de vida conferida aos moradores do núcleo Carajás não proporciona o direito a desfrutar plenamente do espaço urbano.

De outro lado, áreas centrais de Parauapebas como o bairro da Cidade Nova e mais recentemente o Rio Verde, são espaços de transição entre a abstração mercadológica e a espontaneidade das ocupações urbanas. A influência da empresa se dá de maneira indireta, embora a racionalidade permaneça instrumentalizada pela lógica do capital. No entanto, não existe a mesma rigidez no controle e na reprodução do espaço como visto no núcleo Carajás.

O Rio Verde, de acordo com Ab Saber (2004), surgiu da necessidade de mão de obra braçal para a construção da cidade e pela repercussão da magnitude do Projeto Ferro-Carajás. Atraindo migrantes de todo o nordeste brasileiro, principalmente, dos sertões do estado do Maranhão, a área abrigava os primeiros alojamentos. Por outro lado, com o declínio dos garimpos da região, Parauapebas tornava-se uma nova frente de trabalho para os ex-garimpeiros.

Assim, o Rio Verde (Fig. 2) passou de uma zona periférica de Parauapebas para um bairro de expansão e de desdobramento das funções urbanas mais modernas advindas das áreas centrais, ainda que dotado de formas rústicas e incompletas. A pluralidade social se caracteriza pela convivência de famílias de diversas procedências com culturas diferenciadas e, ao mesmo tempo, com objetivos simétricos.

Dessa forma, possuem outra perspectiva em relação ao espaço urbano, são trabalhadores não especializados que buscam uma estabilidade para si e para sua família na cidade, logo não existe



a mesma impessoalidade nas praticas cotidianas. Em consequência, a dinâmica sócio-espacial do bairro Rio Verde é constantemente reconstruída pelas diversas experiências dos sujeitos e grupos que ali residem, o que torna o espaço vivido menos repetitivo do que o do núcleo Carajás.



**Figura 2.** O Bairro do Rio Verde (PEREIRA, 2007).

Não obstante as discontinuidades sócio-espaciais, o Rio Verde tem um desenho arquitetônico complementar ao da Cidade Nova e União, onde se encontram os maiores índices de condição de vida entre os bairros. É notória a presença de pessoas da classe média na área, que alugam casas por preços elevados para os padrões regionais, consolidados por empresas que prestam serviço a Vale ou para funcionários do serviço público municipal, estadual e federal.

Bairros como o da Liberdade I e II, Altamira e Da Paz surgiram por meio de ocupações das áreas de expansão urbana de Parauapebas. Determinados bairros já receberam alguns mecanismos de infra-estrutura oferecidos pelo poder publico, no entanto a condição de vida dos moradores índices baixos que se comparam com os de regiões com pouca representação econômica dentro do Estado do Para como o Marajó. Ademais, enfrentam sérios problemas no período das chuvas, por serem áreas localizadas às margens do rio e/ou encostas de serras.

No bairro da Liberdade II, de acordo com Pereira (2007) a grande maioria dos moradores é da classe baixa vindos de outros estados do Brasil, possuem um nível de escolaridade relativamente pequeno para a demanda local. É comum parentes e amigos morarem próximos uns dos outros, mantendo relações de amizade e solidariedade. Esses trazem consigo o seu modo de vida, seus costumes, hábitos, enriquecendo cada vez mais uma “cultura local”, que ainda não se consolidou devido o grande fluxo de migrantes.

Dessa forma, a espacialidade é produto, também, do que foi aprendido e transmitido em seu modo de vida anterior. Por conta disso, a experiência adquirida é caracterizada por um conjunto de componentes (materiais, sociais, intelectuais e simbólicos) que formam sistemas de relações mais ou menos coerentes entres si. Ela é vivida individualmente e coletivamente no espaço, sendo transmitida e inventada, por meio da criatividade e do uso, atitudes e idéias.

Os migrantes presentes no bairro da Liberdade II conseguem através da presença de grupos uma espécie de simbiose que preserva ou recria as relações anteriormente vividas, inclusive com o espaço. Com isso, as relações sociais, sobretudo, as de parentesco e de reciprocidade, tornam-se estratégias de sobrevivência no espaço urbano (CARLOS, 2004).

O bairro (Fig. 3) ainda apresenta características rurais, como áreas de plantações e criação de animais domésticos. Essas atividades são praticadas, principalmente, por pessoas desempregadas que não conseguem emprego no mercado de trabalho (PEREIRA, 2007: 41). O fato é que a partir de uma experiência adquirida, as famílias instituem uma forma de agricultura familiar urbana para o consumo próprio.

A autonomia das ações, por sua vez, permite a reprodução de uma identidade afetiva, psicológica entre o morador e o espaço que transpõe elementos e formas que existiam anteriormente, mantendo uma representação da sua experiência de vida. A casa, por exemplo, representa uma propriedade a ser mantida, uma estratégia de sobrevivência na cidade e, como tal, é uma referência de estabilidade e de liberdade individual e familiar.



**Figura 3.** O Bairro da Liberdade II (Fonte: PEREIRA, 2007)

Se as condições de existência no espaço urbano são cada vez mais invadidas pela estrutura abstrata (mercadológica), empobrecendo o cotidiano à medida que transforma as relações sociais em relações burocráticas e repetitivas. De outro lado, há resquícios de clandestinidade da ação, no qual submerge valores desatrelados, cuja persistência mostra outra forma de viver a cidade.

Deste modo, é preciso descrever a dialética espacial em Parauapebas pela ótica das mediações próprias da subjetividade humana. A não apropriação do lugar evidencia que nem sempre existe uma relação direta entre as condições materiais de vida e a percepção de qualidade de vida (TORRES, 2000). Logo, as diferentes espacialidades de Parauapebas são realidades cada vez mais fortalecidas pelo adensamento demográfico das áreas periféricas.

#### **4 A vulnerabilidade social no contexto urbano**

A idéia de vulnerabilidade social surge pelo crescente desequilíbrio que existe na distribuição de infra-estrutura no espaço intra-urbano brasileiro. Tal padrão antes difundido apenas nas grandes metrópoles chega às cidades médias como uma característica da segmentação demográfica, econômica e ambiental.

Nessa perspectiva, o entendimento dessas desigualdades sócio-espaciais passa pela condição materiais de vida das famílias, como também pela qualidade de vida dos moradores e a autonomia nas reivindicações diante de realidades de risco e de descaso político. Seguindo a percepção de Cunha et alli (2004) o enfoque da vulnerabilidade social são os fatores que tornam as pessoas de determinados bairros mais ou menos vulneráveis a desagregação do seu espaço. Tais fatores dizem respeito às experiências de vida dessas pessoas e as territorialidades inscritas dentro da cidade.

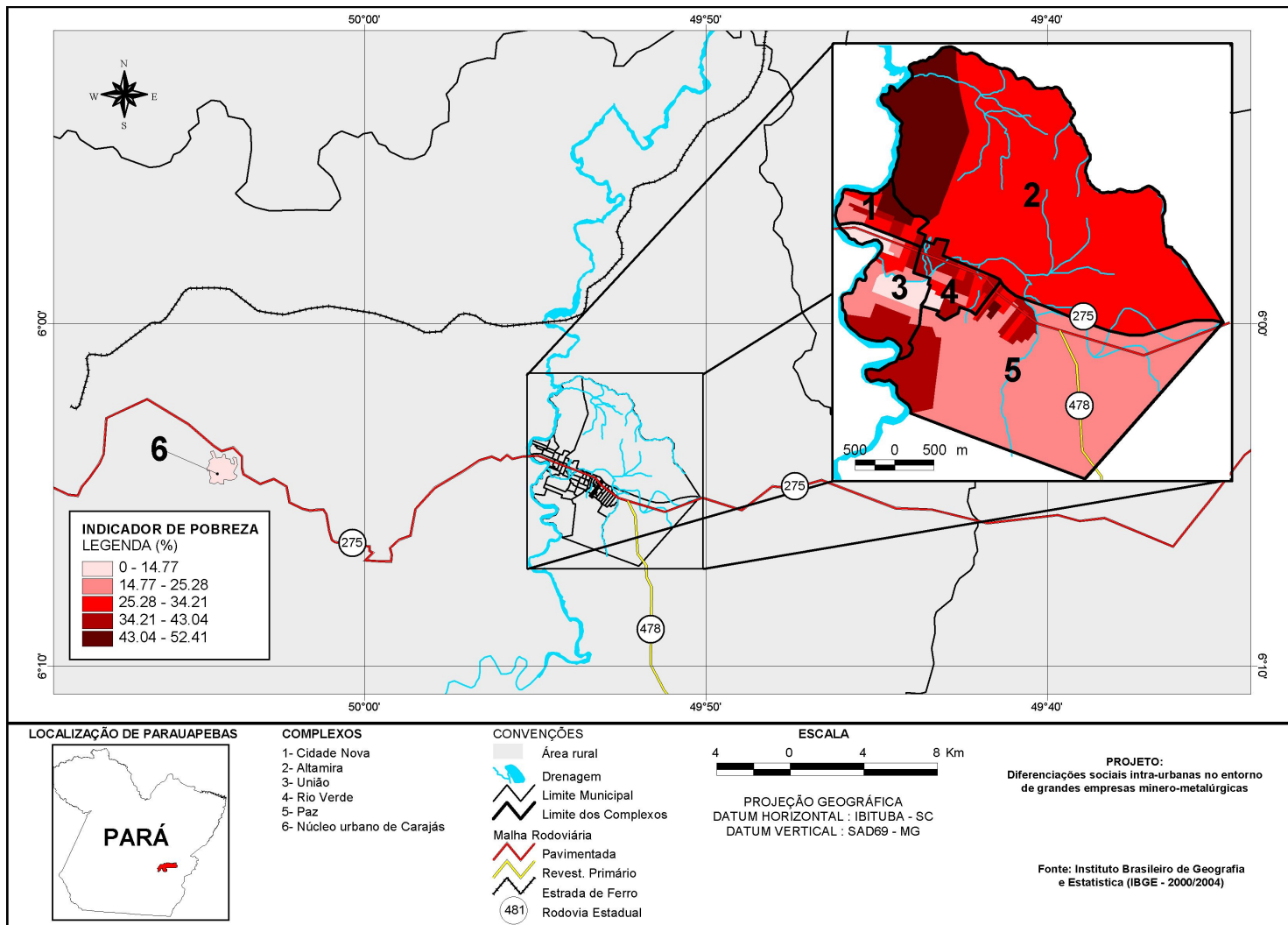
Em Parauapebas, o processo migratório crescente aponta para um quadro de vulnerabilidade social principalmente em áreas periféricas, onde grandes partes desses migrantes vivem em situações de risco. Por outro lado a imposição da racionalidade do grande projeto criou em seu entorno espacialidades e temporalidades divergentes e complexas, em conseqüência, a capacidade de resposta também se diferenciam.

Considerando essas vulnerabilidades sociais em Parauapebas e com base em uma análise a partir da percepção de condição de vida e de qualidade de vida , criou-se um mapeamento das territorialidades urbanas. De início, o mapa 1 mostra alguns indicadores de pobreza no município, para ilustrar o verdadeiro mosaico urbano que o caracteriza, mostrando disparidades dentro dos próprias divisões administrativas elaborada pelo poder publico municipal .

Percebe-se que a noção de melhoria de condição de vida, de modo geral, estar atrelada a idéia de aumento da infra-estrutura e de serviços urbanos, no entanto essa mesma percepção ganha contornos diferenciados nos bairros. Enquanto entre os moradores do núcleo Carajás prevalece à idéia geral, no DALIU, onde se localiza os bairros União e Liberdade I e II, a demanda por inclusão social teve maior percentual.

Já a noção de qualidade de vida dos moradores de cada bairro segue um raciocínio muito vinculado aos aspectos materiais, visíveis. De acordo o mapa 2 percebe-se que abrigam os bairros periféricos, a qualidade de vida é considerada ruim ou péssima, enquanto no núcleo Carajás as respostas se invertem.

Contudo, ao indagar sobre o que seria preciso para um modo de vida satisfatório (Tabela 4) todos os entrevistados no núcleo Carajás e a maioria do DACIN escolheu a opção de estabilidade, tranqüilidade, felicidade e liberdade, o que pode indicar que alguns desses fatores ainda não foram concretizados. É importante considerar que a opção por atividades culturais, áreas de lazer e verdes teve uma media considerável nos outros distritos, e a busca por maior participação no planejamento da cidade teve praticamente um terço da escolha dos moradores do DALIU, onde fica o bairro da Liberdade II.



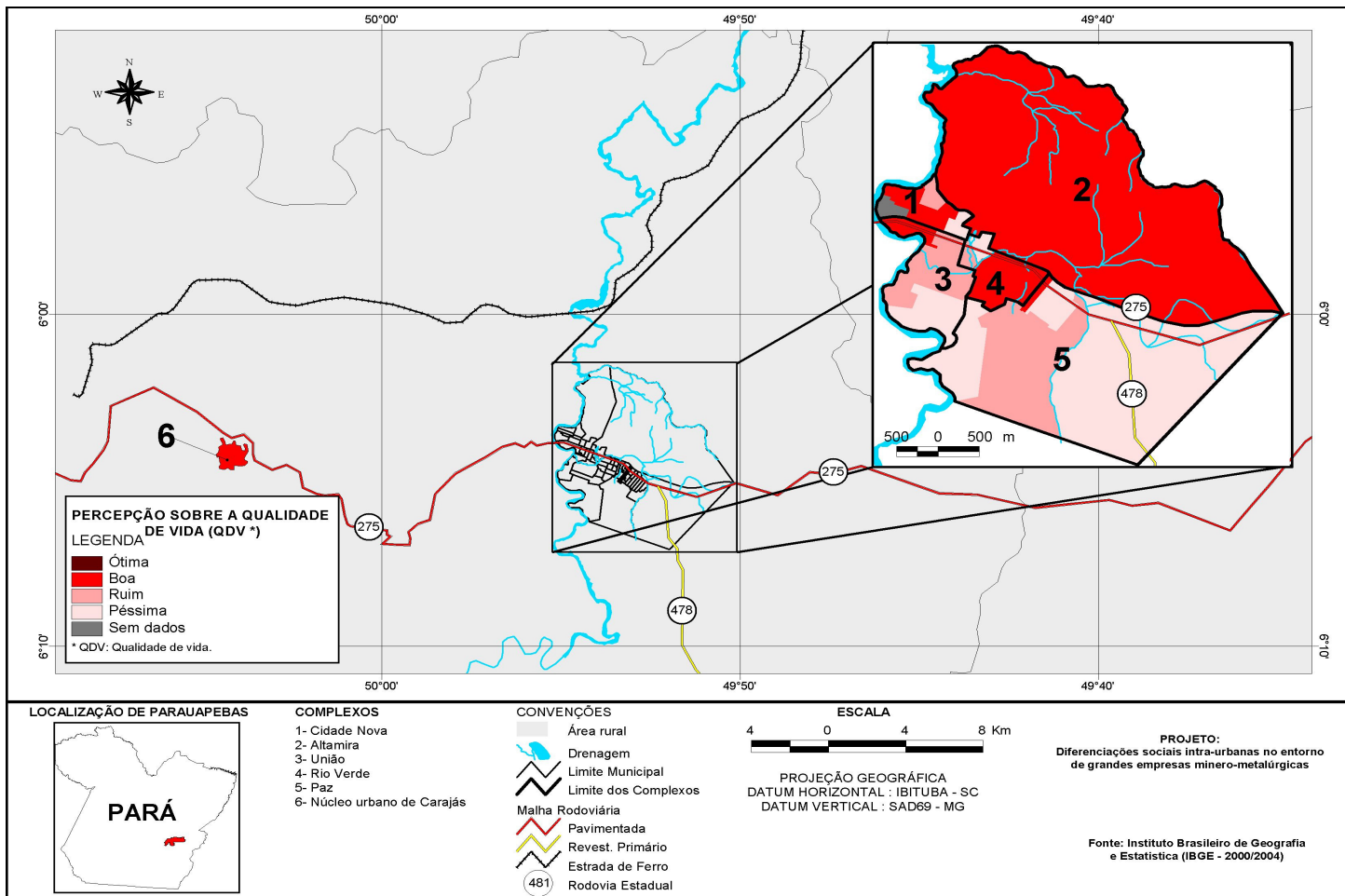
Mapa 1. Indicadores de pobreza em Parauapebas-2007.

**Tabela 4.** Modo de vida satisfatório.

	<i>Distrito DALIU</i>	<i>Distrito DAPAZ</i>	<i>Distrito DARV</i>	<i>Distrito DACIN</i>	<i>Núcleo Urbano de Carajás</i>
<b>Saneamento, transporte, saúde e emprego</b>	40%	80%	15%	30%	-
<b>Atividades culturais, áreas de lazer e áreas verdes</b>	30%	20%	55%	-	-
<b>Estabilidade, tranquilidade, felicidade e liberdade</b>	-	-	20%	70	100%
<b>Participação quanto ao planejamento da cidade, redução das desigualdades</b>	30%	-	10%	-	-

Esses números são bastante elucidativos, consideram que essas territorialidades urbanas extrapolam a idéia de controle e de poder político, incorporando, igualmente, as dimensões sócio-espaciais. Trata-se de pensar o município de Parauapebas através da relação espaço-tempo, expressão dos modos diferenciados de ações políticas, econômicas, ambientais e culturais. O processo de produção do espaço urbano baseia-se, de um lado, nas possibilidades de articulação entre formas de uso e de abstração, e de outro, pelo conflito de interesses que orientam as ações e a organização.

Diante desse quadro, a ponderação sobre a participação do Grande Projeto em atividades que colabore com a melhoria da qualidade de vida dos moradores do entorno é avaliado dentro do conjunto do município como boa (mapa 4), entretanto existem novamente distinções entre as áreas, no núcleo Carajás a essa atuação é considerada ótima, já em alguns bairros periféricos o ruim prevalecem nas respostas dos moradores.



Mapa 2 .Percepção de Qualidade de vida.

Assim sendo, o entendimento da atuação desigual e insuficiente no que concerne a qualidade de vida dos moradores de Parauapebas acaba recaindo quase que exclusivamente em cima do poder público municipal (Tabela 5). Visto que é de conhecimento geral que a empresa repassa royalties para o município.

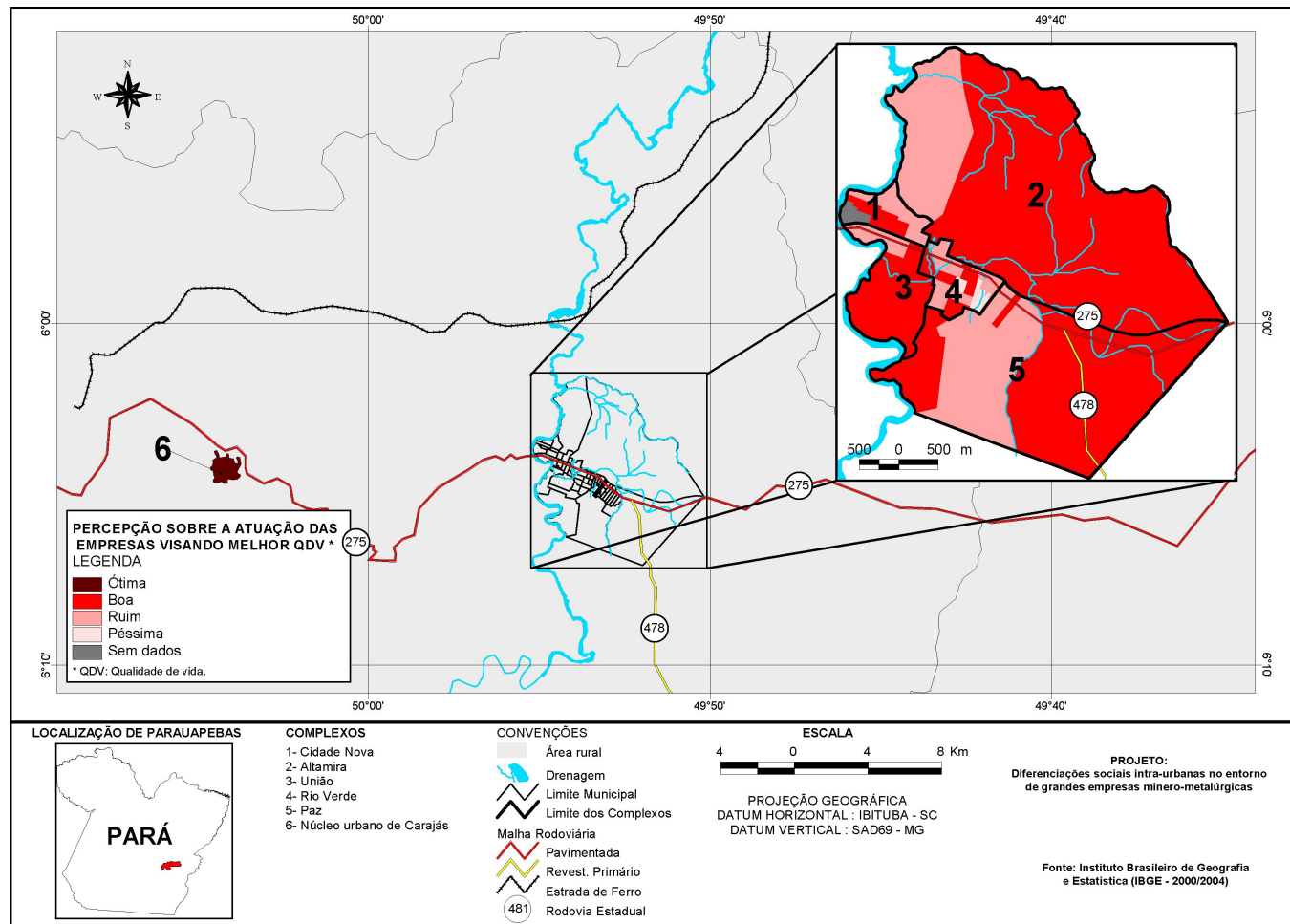
**Tabela 5.** Responsabilidade pelas ações de melhoria da qualidade de vida.

	<i>Distrito DALIU</i>	<i>Distrito DAPAZ</i>	<i>Distrito DARV</i>	<i>Distrito DACIN</i>	<i>Núcleo Urbano de Carajás</i>
<b>Governante</b>	100%	70%	80%	100%	100%
<b>Líder comunitário</b>	-	-	-	-	-
<b>Empresários</b>	-	30%	20%	-	-
<b>você</b>	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2007

Neste ponto, reforça-se a imagem de que ainda é incipiente o ativismo social dentro do município, devido à fugacidade das relações e não apropriação do espaço. Kaztman (2000) afirma que a incapacidade de uma pessoa de aproveitar as oportunidades caracteriza-o como vulnerável

Deste modo, a mobilidade demográfica que caracteriza o município de Parauapebas é o elemento crucial para apreender as vulnerabilidades sociais no espaço urbano. A construção de territorialidades distintas insere transformações, adaptações e permanências no espaço que repercutem diretamente na ação e na organização dos moradores.



**Mapa 3.** Percepção sobre atuação da Vale para melhorar a qualidade de vida.



## 5. Considerações finais

Para Hogan (2005) os estudos demográficos tornaram-se consideravelmente mais complexo neste início de século, logo conceitos como qualidade de vida, condição de vida e, evidentemente, vulnerabilidade social precisam ser “refinados”. O crescimento das desigualdades intra-urbanas em Parauapebas aponta outros elementos, além das condições materiais de vida, para explicar o arrefecimento da exclusão sócio-espacial.

A Vale a partir do modelo de cidade-empresa delimitou o seu território, com isso instituiu uma forte concentração de renda e de equipamentos urbanos em determinadas áreas, em contrapartida as áreas de expansão caracterizam cada vez mais pela presença de imigrantes pobres e como decorrência pela deterioração das condições infra-estruturais e da qualidade de vida.

A idéia de vulnerabilidade social trabalha como as ações individuais e coletivas no território, ou seja, trata-se de enxergar a exclusão urbana em Parauapebas, também pela capacidade dos moradores de cada bairro de reivindicar e pressionar o poder público e a empresa. Isto significa, primeiramente, criar vínculos com o lugar, bem como relações de confiança e de reciprocidade.

Desta maneira, é preciso que as diversas manifestações espaciais ligadas às identidades desses migrantes, expressões das experiências de vida anterior, sejam valorizadas. Criando, assim, um contraponto à coerção subjetiva e material da lógica de reprodução social do grande projeto.

A partir dessa perspectiva, é o caso de pensar em uma política de desenvolvimento urbano que (re) aproxime definitivamente as espacialidades com a intervenção pública, e que os moradores, por sua vez, tenham a capacidade e a autonomia de desempenhar o seu papel, possibilitando uma nova forma de organização econômica do território no contexto urbano de Parauapebas, beneficiando a sociedade como um todo.

## Referências

- AB'SABER, Aziz Nacib. **A Amazônia: Do discurso à práxis**. São Paulo: Edusp, 2004. 320p.
- BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999. 266p.
- CARLOS, Ana Fani. **O espaço urbano novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004. 154p.
- COELHO, Maria Célia ET alli. Território, cidades e entornos no espaço da mineração em Carajás/Para-Amazônia Oriental. In: TRINDADE JR, Saint Clair C da; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Cidade empresa na Amazônia: Gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. pp. 137-169.
- CUNHA, José Marcos Pinto et alli. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de campinas. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, 2004.
- HOGAN, D.J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. *R. Bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2005
- KAZTMAN, R. Notas sobre la medicion de la vulnerabilidad social. México, BID-BIRF-CEPAL, 2000.
- MACHADO, Lia O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos do IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n1, p; 109-138, 1999.
- PEREIRA, Tania C. Brunelle. A urbanização de risco no sudeste paraense: um estudo sobre o bairro Liberdade II em Parauapebas. Monografia (Especialização em Planejamento urbano e gestão local) NAEA/UFPa, Parauapebas, 2007.
- PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 166p.

RODRIGUES, Roberta M. Desvendando formas e conteúdos: o núcleo urbano de Carajas. In: TRINDADE JR, Saint Clair C da; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Cidade empresa na Amazônia: Gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. pp. 113-136.

SILVA, J. M. Palheta da; Novos Municípios, Recursos Financeiros e Gestão Municipal: os municípios de Paraupabas e Curionópolis no sudeste do Pará. In: COELHO, M. C.; SIMONIAN, L.; FENZL, Nobert. (Org.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: CEJUP, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556p.

TEIXEIRA, Sheila do S. Lima. A interferência da mineração industrial na estabilidade de assentamentos rurais: o caso de Paraupabas. Dissertação (Mestrado PLADES) NAEA/UFPa, 2006.

TORRES, M. E. L.O. Q. **Metodologias de avaliação de qualidade de vida em cidades médias: comparação dos estudos de Ovalle (Limarí, Chile) e Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil)** – Belo Horizonte, 2000. 206f: il.

TRINDADE Jr. Saint Clair C. da. Cidades na Floresta: Os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*, São Paulo, n 51, p. 113-137, mar-set 2010.